

# Senado Oposição tropeça e acordo pela liberação de emendas arquiva CPI

13 MAI 2001

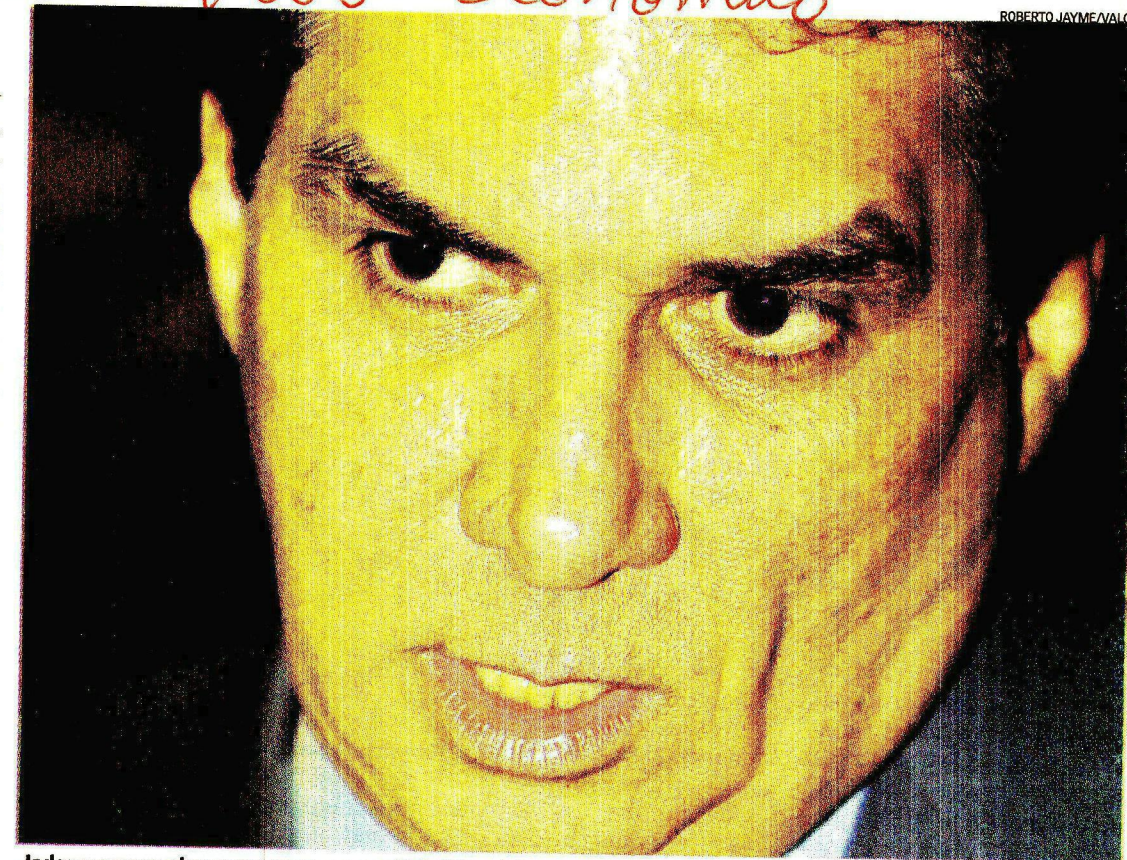
Valor Econômico

Ricardo Amaral e  
Marluza Mattos  
De Brasília

O governo recobrou sua articulação no Congresso para se pular a CPI da Corrupção. Calculando que o custo político da CPI instalada seria maior que o de abafá-la, os líderes dos partidos aliados conseguiram por meio de liberação de emendas o compromisso de cerca de 20 deputados para retirar as assinaturas e permitir o arquivamento do pedido. Um requerimento das oposições, que fizeram uma leitura errada do regimento do Congresso, permitiu que a operação fosse antecipada em uma semana. Os ofícios dos deputados "arrepentidos", em poder dos líderes, seriam registrados à meia-noite. Isso daria à CPI, entre a leitura, às 15h33, e o arquivamento, oito horas e meia de vida regimental.

Temendo dar uma semana de prazo para a retirada de assinaturas, as oposições exigiram desde anteontem que o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA) convocasse sessão extraordinária do Congresso, para a leitura do requerimento. Os especialistas da oposição entendiam que, feita a leitura, o requerimento não poderia ser arquivado, mas devolvido a seu autor, caso alguma assinatura fosse retirada. Jader Barbalho e os líderes do governo consultaram o secretário-geral da mesa, Raimundo Carreiro, estudaram os antecedentes e concluíram que o arquivamento seria possível entre a leitura e o caminho para a publicação.

Imediatamente os líderes do PFL, PSDB e PMDB foram avisados e intensificaram a coleta de desistências. Jader convocou os líderes para uma reunião às 13h, para decidir sobre o pedido da oposição. Pouco antes da reunião, os líderes dos aliados trocaram informações e concluíram que teriam as cerca de vinte assinaturas, para reduzir, de 180 para 160, o número de apoios, onze a menos que o mínimo necessário.



Jader nega acordos com o governo ou o PFL: "Segui rigorosamente o que diz o regimento e os antecedentes da Casa"

Os líderes da oposição chegaram a festejar quando Jader anunciou que convocaria a sessão, já que este era o desejo da maioria, menos do líder do Governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM). A surpresa e a estupefação dos opositores vieram em seguida. Jader anunciou que faria a leitura, abrindo prazo para retirada ou acréscimo de assinaturas. "O artigo 244 do regimento do Senado diz que a publicação será feita se for alcançado o número regimental e dá prazo até meia-noite para alterações", explicou.

"Achavam que a CPI sobreviveria como um zumbi, sempre ameaçando o governo, mas erraram", disse o líder do PSDB na Câmara, Jutahy Magalhães (PSDB). Embora os nomes dos deputados arrepentidos tenham sido mantidos em segredo, sabia-se ontem à noite que entre eles estavam cinco deputados baianos do grupo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e dois minei-

ros do grupo do vice-governador Newton Cardoso (PMDB), além de um único do PSDB do Rio.

"A operação foi feita pelos líderes partidários e restringiu-se à Câmara", disse o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Antonio Carlos foi procurado pelo líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), pelo presidente do partido, Jorge Bornhausen (SC), e pelo ministro da Previdência, Roberto Brant, mas disse que manteria sua assinatura e a dos dois senadores de seu grupo. Como a retirada na Câmara era suficiente para garantir o fim da CPI, o PFL desistiu de insistir no recuo.

Jader Barbalho negou ter feito acordos com o PFL ou com o governo. "Segui rigorosamente o que diz o regimento e os antecedentes da Casa", afirmou. "Eu assinei o requerimento, mas só posso instalar a CPI se ele chegar com número suficiente de assinaturas para publicação". O presidente do Senado livra-se da ameaça de ser investigado por

desvios na Sudam e no Banpará, dois dos 19 itens da CPI da corrupção. Jader rejeitou requerimento do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), para que a CPI fosse rejeitada por inconstitucionalidade, exatamente por ter 19 e não um "fato determinado". Mesmo assim, recorreu da própria decisão para encaminhar consulta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Se a CCJ decidir pela inconstitucionalidade, é possível que nenhum dos 19 itens possa ser objeto de pedido de CPI durante a legislatura que termina em fevereiro de 2003. "Matamos 19 coelhos com uma só cajadada", disse o líder tucano Jutahy Magalhães.

A operação para abafar a CPI, que começou com a reunião de ministros políticos com o presidente anteontem, durou 24 horas. "Vai deixar um custo alto, mas seria pior conviver com a chantagem", disse Renan Calheiros. (Colaborou César Felício)